



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

CRISTINETE MIRA NASCIMENTO DA SILVA

**CONSUMO DE PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL EM COMUNIDADES DA
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA – AMAPÁ - BRASIL**

**MACAPÁ
2014**

CRISTINETE MIRA NASCIMENTO DA SILVA

**CONSUMO DE PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL EM COMUNIDADES DA
RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA - AMAPÁ - BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Ambientais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Ambientais.

Orientadora: Dra. Roberta Sá Leitão Barboza

Co-orientadora: Msc.: Juliana Laufer

**MACAPÁ
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

641.3

S586c Silva, Cristinete Mira Nascimento da.

Consumo de proteínas de origem animal em comunidades da reserva biológica do Lago Piratuba – Amapá – Brasil / Cristinete Mira Nascimento da Silva -- Macapá, 2014.

46 p.

Orientadora: Prof^a. Dra. Roberta Sá Leitão Barboza

Co-orientadora: Prof^a MS.: Juliana Laufer

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado em Ciências Ambientais.

1. Réptil – Amapá (AP). 2. Anfíbio – Amapá (AP). I. Barboza, Roberta Sá Leitão (orient). II. Laufer, Juliana (Co-orient). III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

FICHA DE AVALIAÇÃO

Acadêmica: Cristinete Mira Nascimento da Silva

Título do trabalho: Consumo de Proteína de Origem Animal em Comunidades da Reserva Biológica do Lago Piratuba – Amapá - Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais.

Data da aprovação: 09 /05 /2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Roberta Sá Leitão Barboza
(Orientadora)

Msc: Elizandra Matos Cardoso
(Membro)

Prof. ° Dr. Renato Richard Hilário
(Membro)

Dedico este trabalho aos moradores das comunidades Tabaco e São Paulo aos quais fazem parte de minha trajetória, desde os primeiros passos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me conceder a vida e por tudo que tem me proporcionado.

Aos meus pais, por todos os ensinamentos e dedicação aos quais tenho amor incondicional.

À minha irmã Alda, quem sempre incentivou meus estudos e me acompanhou em todos os momentos dessa longa jornada e a todos meus irmãos e irmãs pelo apoio e carinho.

À Dr.^a Roberta Sá Leitão, quem aceitou a árdua tarefa de me orientar.

À Juliana Laufer, minha co-orientadora pela importante contribuição.

Ao Aldiclei, Adailton (Tijó), Adenilson (Adeni) por todo o apoio logístico que foi importantíssimo para a realização do trabalho de campo.

À Elizandra Cardoso que se tornou minha “conselheira”.

Ao ICMBio, onde tive a oportunidade de estagiar durante onze meses pela Reserva Biológica do Lago Piratuba.

Ao Eduardo Marques o qual contribui imensamente em meu aprendizado durante período de estágio na REBIO, além disso, auxiliou na parte logística das viagens para as comunidades.

A todos os professores do colegiado de Ciências Ambientais pela dedicação e grandiosa contribuição na construção e enriquecimento de meus conhecimentos.

A todos meus colegas da turma 2010 do curso de Ciências Ambientais, especialmente aos meus queridos amigos Maricélia, Heloany, Silvana e Dione aos quais dividimos momentos inesquecíveis ao longo desses quatro anos.

As famílias das comunidades Tabaco e São Paulo as quais permitiram a “invasão” de seus lares e aceitaram participar deste trabalho.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo verificar o consumo de proteína animal pela população ribeirinha as margens do rio Araguari, no interior e entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba, Amapá. Além disso, realizou-se uma breve caracterização socioeconômica das famílias estudadas. Adicionalmente foi realizado levantamento da diversidade dos recursos faunísticos utilizados com finalidade alimentar e averiguou-se a relação entre a dieta e a sazonalidade (período seco e chuvoso). Por fim analisou-se o consumo quanto às preferências, rejeições e tabus. As metodologias utilizadas foram entrevista semiestruturada e calendários de consumo alimentar distribuídos no período seco (outubro e novembro) e no período chuvoso (dezembro e janeiro) a sete famílias em cada comunidade (Tabaco e São Paulo). As famílias estudadas possuem características semelhantes. Na comunidade Tabaco o consumo de peixe não apresenta grande diferença entre o período seco e chuvoso. Contudo, o consumo de animais domésticos foi maior no período seco, enquanto o consumo de caça e produtos externos foi elevado no período chuvoso. Na comunidade de São Paulo o consumo de peixe foi maior no período chuvoso. A caça não apresentou diferença no consumo entre os dois períodos. O consumo de animais domésticos e produtos externos foram maiores no período seco. Porém, maior parte da proteína de origem animal consumida nas duas comunidades no período seco, assim como, no período chuvoso foi proveniente, principalmente de recursos silvestres. A sazonalidade é outro fator que influencia a dieta das comunidades, especialmente o consumo de peixes na comunidade São Paulo. Quanto à preferência por peixe na comunidade Tabaco o tamuatá (*Callichthys Callichthys*) foi o mais citado. Por outro lado o maior número de citações para peixe rejeitado foi para a piranha (*Serrasalmus sp.*), arraia (*Potamotrygon sp.*) e acari (*Carchsrninus spp.*). Enquanto, o jeju obteve maior quantidade de citação como peixe sujeito a tabu. Entretanto a preferência por caça, à maioria das citações foi para a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*). No entanto, o jacaré (*Caiman crocodilos*) e onça obtiveram maior número de citação como caça rejeitada. Por outro lado, na comunidade São Paulo não há preferência marcada por nenhuma espécie de peixe. Nessa comunidade a traíra é apontada pela maioria dos entrevistados como peixe rejeitado e o jeju é citado como peixe sujeito a tabu. Nessa comunidade ainda, a caça preferida é o pato do mato e os rejeitados são os primatas em geral. Portanto, os recursos faunísticos preferidos, rejeitados e submissos a tabus são as espécies, mais recorrentes naquela área, com exceção do tatu, caçõ e guriuba. Conclui-se que para os comunitários da Rebio do Lago Piratuba, a principal fonte de proteína animal é obtida através do consumo de animais silvestres.

Palavras-chaves: Dieta, Proteína animal, Amazônia, Ribeirinho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1- REIBEIRINHOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	11
2.2 - POPULAÇÃO RIBEIRINHA AMAZÔNICA.....	12
2.3 - CONSUMO DE PEIXE I MUNDO E NO BRASIL.....	13
2.4 - CONSUMO DE ANIMAL SILVESTRE NO MUNDO E NA AMAZÔNIA.....	14
2.5 - TABUS E PREFERÊNCIAS ALIMENTARES.....	15
3 - OBJETIVOS.....	17
4 - METODOLOGIA.....	18
4.1 - DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	18
4.2 - MÉTODOS.....	19
4.2.1 - CALENDÁRIOS DE CONSUMO.....	21
4.2.2 - Entrevista semiestruturadas: Identificação das preferências, rejeições e tabus alimentares.....	21
4.2.3 - ANÁLISE DOS DADOS.....	21
5 - RESULTADOS.....	22
5.1 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DAS COMUNIDADES.....	22
5.2 - CARACTERIZAÇÃO DE CONSUMO DE PROTEÍNA.....	23
5.2.1 - Diversidade de recursos faunístico utilizados com finalidade alimentar.....	23
5.2.2 - CALENDÁRIOS DE CONSUMO ALIMENTAR.....	23
5.2.3 – PREFERÊNCIAS E TABUS ALIMENTARES.....	26
6 - DISCUSSÃO.....	35
7-CONCLUSÕES.....	40
REFERÊNCIAS	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Reserva Biológica do Lago Piratuba, AP.....	19
Figura 2 – Entrevista com comunitários e distribuição de calendários.....	20
Figura 3 – Fontes de proteína animal consumidas no período seco e chuvoso na comunidade Tabaco.....	24
Figura 4 -. Fontes de proteína animal consumidas período seco e chuvoso comunidade São Paulo, AP.....	26
Figura 5 - Preferência de peixes da comunidade Tabaco, AP.....	27
Figura 6 - Peixes preferidos na comunidade São Paulo, AP.....	28
Figura 7 - Peixes rejeitados na comunidade Tabaco, AP.....	29
Figura 8- Peixes rejeitados na comunidade São Paulo, AP.....	30
Figura 9 - Peixes considerados reimosos na comunidade Tabaco, AP.....	31
Figura 10 - Peixes considerados reimosos na comunidade São Paulo, AP.....	31
Figura 11 - Caças preferidas na comunidade Tabaco, AP.....	32
Figura 12 - Caças preferidas comunidade São Paulo, AP.....	33
Figura 13 - Caças rejeitadas na comunidade Tabaco, AP.....	34
Figura 14 - Caças rejeitadas na comunidade de São Paulo, AP.....	34

1. INTRODUÇÃO

O Brasil há algumas décadas vem passando por diversas mudanças em relação ao comportamento alimentar, e também quanto aos hábitos alimentares (RODRIGUES 2000). Apesar das mudanças no padrão alimentar brasileiro surgirem há três décadas, somente nos últimos 15 anos foram iniciados estudos voltados a esse tema, concentrados nas populações urbanas do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Além disso, os estudos publicados são voltados ao levantamento da produção e abastecimento, com poucas publicações sobre consumo alimentar (GONÇALVES, 2008). Outro aspecto importante a ser ressaltado é o levantamento de informações sobre as táticas das populações humanas frente aos recursos ambientais através da análise dos processos embutidos na alimentação, como estratégias de captura, e através da análise de nutrientes importantes para o desenvolvimento humano (HANAZAKI, 2001). Através da dieta alimentar de uma sociedade é possível construir um sistema de saberes e práticas para compreender os grupos sociais (COSTA, 2010).

No cenário nacional é perceptível às mudanças no padrão alimentar e consequente alteração nutricional (GONÇALVES, 2008; OLIVEIRA, 1997). Uma das consequências das alterações nos padrões alimentares é a introdução de alimentos pouco saudáveis, que podem conter baixos teores de nutrientes importantes para o organismo, como as proteínas (ISAAC; ALMEIDA, 2011). As proteínas são componentes essenciais aos seres humanos. Que contribuem para o crescimento e desenvolvimento do organismo, auxiliando o transporte de nutrientes, defesa imunológica, entre outras funções (PAIVA, *et al.*, 2006). Em algumas partes do mundo o consumo de alimentos ricos em fontes proteicas de boa qualidade ainda é insuficiente, sobretudo em alguns países em desenvolvimento (TURGO, 1988). Os países europeus, que são todos desenvolvidos, apresentam um elevado consumo de proteína animal, em torno de 75% de toda proteína consumida, enquanto nos países sul-americanos, esse índice cai para 40% (SAMPAIO; CARDOSO, 2002).

Além disso, o consumo de proteína de origem animal não é distribuído igualitariamente entre todas as classes sociais. A ingestão de alimentos com proteína animal ainda é considerada baixa no Brasil. Adicionalmente, a tendência é que as pessoas com maior renda financeira consumam mais alimentos de fontes proteicas. A cultura é outro aspecto importante que pode influenciar na escolha de alimentos ricos em proteína animal (VALSHESI, 2001). Na área rural da região Amazônica, a ingestão de proteína é considerada

alta, proveniente principalmente da caça e peixe, sobretudo pelas populações tradicionais ribeirinhas (MURRIETA, 2001).

Para essas populações os recursos extraídos da natureza são os principais, senão o único meio de sobrevivência, principalmente através da extração de alimentos para o consumo. Essas populações consomem peixes e carnes de caça como principal fonte de ingestão de proteína (OLIVEIRA *et al.*, 2004; SILVA, 2007). Esse consumo é determinado pela época do ano. Na Amazônia há maior dificuldade de captura de caça e maior procura por peixe (PEZZUTI, 2009). Embora as populações ribeirinhas da Amazônia estejam inseridas em áreas com alta disponibilidade de recursos naturais (peixe e caça), não há estudos suficientes que analisem a dieta alimentar dessa população (AGUIAR, 2006; OLIVEIRA, 1997).

Com base nos argumentos apontados acima, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar o consumo de proteína animal pela população ribeirinha as margens do rio Araguari, no interior e entorno da Reserva Biológica (REBIO) Lago do Piratuba. Esse estudo caracterizou o consumo de proteína animal e a diversidade de recursos faunísticos utilizados com finalidade alimentar, identificando a relação entre a dieta e sazonalidade (período seco e chuvoso) e às preferências, rejeições e tabus relacionados a tal dieta. Partindo das seguintes hipóteses:

1 - A principal fonte de proteína animal das comunidades é proveniente do consumo animais silvestres;

2 - A variação sazonal influencia a dieta das comunidades.

3- Às preferências, rejeições e tabus estão relacionados com a disponibilidade dos recursos faunísticos nas comunidades estudadas;

O presente estudo é de grande relevância para a ampliação do conhecimento sobre a dieta alimentar das comunidades ribeirinhas amapaenses, na maioria carente de pesquisas desse tema. Além disso, pode servir de alicerce para outras pesquisas sobre consumo de proteína no estado.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 - RIBEIRINHOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação de unidades de conservação nos países em desenvolvimento foi baseada na concepção de áreas protegidas, preconizado pelos Estados Unidos (EUA). A ideia parte do princípio que o ser humano é capaz de alterar em níveis elevados a dinâmica natural do ambiente. Assim, a conservação de determinadas áreas de grande relevância biológica passou a ser prioritária, com o intuito de resguardar a natureza preservada para fins de pesquisa e lazer (ARRUDA, 1999). No entanto, a visão de preservação criada pelo EUA, de resguardar grandes áreas desabitadas, torna-se complexa em países em desenvolvimento, especialmente porque as populações tradicionais estão presentes em diversas regiões do planeta, incluindo as áreas mais isoladas geograficamente (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2000). Isso se tornou um dilema para a criação de unidade de conservação, principalmente quando classificadas em UC's (unidade de conservação) de proteção integral (ARRUDA, 1999; TOLEDO, 2001).

Em alguns casos de criação de UC's de proteção integral, as populações tradicionais residentes nestas áreas tiveram que restringir a exploração dos recursos naturais e atividades cotidianas passaram a ser categorizadas como crimes ambientais (SODRÉ, 2010).

Arruda (1999) enfatiza a importância do reconhecimento de áreas destinadas à conservação em seu artigo sobre populações tradicionais e a proteção de recursos naturais em unidades de conservação. A maior parte das áreas preservadas do território brasileiro é habitada por populações indígenas ou por comunidades rurais tradicionais as quais acreditam na conservação do meio ambiente é garantia de sua perenidade.

A concepção de algumas UC's do Amapá não foge a esse cenário. A criação da Reserva Biológica do Lago Piratuba, promulgada como UC de proteção integral em 1980, restringiu a exploração de recursos naturais sem fins científicos (BRITO, 2006). Isso gerou uma série de conflitos entre a população tradicional e o órgão gestor: Atualmente permanecem 37 famílias distribuídas em duas comunidades (as margens do rio Araguari) no interior da UC que utilizam a área para as atividades de subsistência como a caça, pesca e agricultura (pequenas roças de plantio de frutas: banana, batata, macaxeira). Existe também dentro da UC discórdia entre fazendeiros e posseiros, além de atividades impactantes como a pecuária bubalina (BRITO, 2006).

Para a resolução desses conflitos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), promulgado em 2000, adotou entre outras medidas a recategorização de unidade de conservação de proteção integral ou a assinatura de termos de compromissos (ABIRACHED *et al.*, 2010). Nas UC's de proteção integral foram adotadas providências como a regulamentação do artigo 39 da lei 9.985, de 18 de julho de 2000, através do Decreto 4.340/02, no artigo 39, inciso 2º. Tal decreto determina que nos casos em que as populações tradicionais não forem reassentadas, deve-se negociar um termo de compromisso, os quais definem as regras para ocupação, limite seguro para conservação, acesso a fontes de subsistência e dever do órgão executor quanto o processo indenizatório entre a UC de proteção integral e a população, com aval do conselho consultivo da UC. Na Rebio do Lago Piratuba foi assinado o termo de compromisso nº 01/2011 com as comunidades tradicionais do interior da UC. Este termo regulamenta as atividades de subsistência caça, pesca e criação de pequenos animais e pecuária (FERREIRA, 2014).

Todavia, a grande dificuldade no reassentamento dessas populações está na forte ligação com o lugar onde vivem (NEVES, 2008). Segundo Little (2002) essas pessoas não veem apenas o território como um lugar para viver, mas se enxergam como integrante desse espaço físico. Adicionalmente, esse processo pode causar o que se chama de processo de desconstrução do alicerce cultural (SATHLER, 2007).

2.2- POPULAÇÃO RIBEIRINHA AMAZÔNICA

O Brasil é considerado um país continental, rico em diversidade biológica e cultural (DIEGUES, 2000). Essa influência sociocultural é uma mistura da cultura indígena e dos colonizadores portugueses, entre outras nacionalidades que se adaptaram ao meio (DIEGUES, 2000).

Assim, para entender melhor o objeto do estudo é necessário usar a definição do termo população tradicional, definido por Diegues (2000) o termo população tradicional deve ser classificado em dois grupos, indígena e não-indígena este último compreende os caiçaras, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreios, praieiros, quilombolas, caboclo/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, sitiantes, pescadores, açorianos, sertanejo/vaqueiros.

São considerados ribeirinhos amazônicos os seres humanos que habitam as margens dos rios da Amazônia e possui forte interação com este, como fonte de alimento e via de

transporte (CANDIDO *et al.*, 2008; GUARIM, 2000). O povo ribeirinho amazônico possui forte descendência de imigrantes nordestinos e de indígenas. Os primeiros vieram para a região no período da segunda Guerra Mundial, atraídos pela promessa de emprego e acabaram tornando-se seringueiros, enquanto os índios eram nativos que se encontravam nessa área (NEVES, 2008).

A população ribeirinha amazônica possui um modo de vida simples, desenvolvendo atividades atreladas ao extrativismo, pesca, caça e agricultura, criação de animais domésticos e também pequenas quantidades de gado. A maior parte das atividades é realizada em regime familiar. As moradias são normalmente casas de madeira estilo palafita (DIEGUES, 2000).

2.3 - CONSUMO DE PEIXE NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo dados da FAO (2005) o peixe é extremamente importante na dieta de muitos países, contribuindo com 19% do fornecimento mundial de proteína animal (ISAAC; ALMEIDA, 2011). Josupeit (1995) afirma que o abastecimento de peixe é maior nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento, assim como fornecedor de proteína animal.

A região amazônica apresenta um índice significativo de consumo de peixes, totalizando 575000 toneladas de peixes por ano (ISAAC; ALMEIDA, 2011). Tais números se devem a sua localização na maior bacia hidrográfica do mundo, bacia Amazônica com área aproximada de 7 milhões de km² (ISAAC; ALMEIDA, 2011). Conforme essas autoras, outros fatores são responsáveis por este índice: o fácil acesso ao pescado, motivos culturais e baixo custo, considerada fonte imediata de alimentos e nutrição de boa qualidade. No entanto, quando essa análise é feita em áreas mais afastadas da costa, por exemplo, em aldeias indígenas que vivem em montanhas ou em áreas de difícil acesso a corpos d'água o consumo de pescado apresentam níveis baixos, conforme citação dessas autoras:

Em algumas partes da bacia, os níveis de consumo de peixe estão entre as mais altas do mundo. No entanto, devido às diferenças culturais e as variações na disponibilidade de peixes, sua importância na dieta das pessoas muda ao longo da bacia (ISAAC; ALMEIDA, 2011, p. 17).

De modo geral, o peixe é qualitativa e quantitativamente uma importante fonte proteica para as famílias ribeirinhas amazônicas, além de contribuir na renda das famílias

(SARTORI; AMANCIO, 2012). Na Amazônia o consumo de peixe está estimado em 135 kg/ano, porém esse valor pode variar conforme a localização ao longo da bacia hidrográfica (FERREIRA, 2012). No entanto, entre os estados da Amazônia, o Amazonas e o Pará apresentam índice elevado de consumo de pescado ultrapassando o Japão, indicado como o país com maior índice (BATISTA *et al.*, 2004).

2.4 - CONSUMO DE ANIMAIS SILVESTRES NO MUNDO E NA AMAZÔNIA

Um grande percentual da população mundial não tem acesso à proteína de origem animal. Desse modo, a carne originada da fauna silvestre aparece como uma opção, apesar do preço elevado. Essa carne possui melhor qualidade da proteína e em alguns casos, maior facilidade de captura e disponibilidade (SARKIS, 2002). O continente africano apresenta um dos maiores índices de consumo de carne silvestre, cuja importância atinge também os continentes asiáticos e sul-americanos. No Brasil, a ingestão de animais silvestres é observada, sobretudo nas áreas mais carentes (SARKIS, 2002), ainda que a captura seja ilegal em todo o território brasileiro conforme a Lei de Fauna nº5197/67 (BRASIL 1967) e a Lei de Crimes Ambientais nº 9605/1998 (BRASIL 1998).

Nas comunidades isoladas geograficamente das cidades, com pouco ou nenhum acesso a outras fontes proteicas, a caça e o peixe são considerados o principal meio de obtenção de proteína animal na dieta (JEROZOLIMSKI; PERES, 2003).

Entretanto, é válido ressaltar o consumo de carne de caça nos estados da Amazônia varia substancialmente. Em estudos realizados por Murriet *et al.*, (2008) com população ribeirinha em dois ecossistemas amazônicos: várzea (Ilha de Ituqui município de Santarém) e terra firme (Floresta Nacional de Caxiuanã, Municípios de Melgaço e Portel) o consumo de carne de caça é relativamente baixo, representando 1,2% e 6,8% das carnes consumida, respectivamente. Nas feiras livres do município de Abaetetuba no estado do Pará o consumo de caça representou 9% da preferência dos entrevistados (JÚNIOR, 2006).

A escolha da espécie alvo está ligada a região ou área que a população humana se encontra e a disponibilidade da espécie no local. Por exemplo, no município de Abaetetuba (PA) o consumo de jacarés (*Caiman crocodilus*) apresenta um índice de 65% dos entrevistados e a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) com significativo percentual de 83% de caça consumida pelos entrevistados (JÚNIOR, 2006). Por outro lado, no Parque Nacional do Jaú (Amazonas) os animais mais capturados e consumidos são os quelônios aquáticos,

porém os mais apreciados são anta (*Tapirus terrestris*), paca (*Caniculus paca*) e queixada (*Tayassu pecari*) (PEZZUTI *et al.*, 2004). Entre os indígenas Deni do município de Itamarati (Amazonas) a caça representa a segunda principal fonte de proteína animal, sendo a anta (*Tapirus terrestris*), queixada (*Tayassu pecari*) e caititu (*Tayassu tajacu*) as caças mais consumidas por essa população (PEZZUTI; CHAVES, 2009). No Amapá, estudo realizado no assentamento rural nova Canaã no município de Porto Grande relatou que o consumo de fauna silvestre representa mais de 44% da carne ingerida nas principais refeições (almoço e jantar). Por outro lado, neste assentamento a anta (*Tapirus terrestris*) aparece como a espécie preferida (FERREIRA *et al.*, 2012). No município de Macapá (Amapá) a caça representa 2% do total de carne consumida mensalmente, sendo os quelônios a caça mais consumida. Em entrevista realizada neste município, 68% dos entrevistados afirmaram consumir caça esporadicamente (JÚNIOR, 2010).

2.5 – TABUS, REJEIÇÕES E PREFERÊNCIAS ALIMENTARES

A livre escolha é inerente à sociedade humana e isso ocorre normalmente nos mais diversos lugares mundo a fora, atingindo os mais diversos povos, culturas e crenças (SANTOS; ROCHA, 2010). As escolhas ou preferências por certo alimento estão ligadas à grande diversidade e aspectos culturais das regiões brasileiras, como a região norte que recebeu forte influência de culturas indígenas refletindo na dieta (RODRIGUES, 2000).

Os hábitos alimentares de algumas populações estão intimamente ligados a fatores econômicos, um dos principais fatores influenciando as escolhas. Porém, outros fatores como coloração, consistência, sabor, cheiro, densidade, aparência, conhecimento científico, comportamento, ecologia do animal e a religião são variáveis determinantes para preferência de certas espécies, assim como a abundância de espécies no local (MURRIETA, 2001). Para algumas religiões o consumo de determinados alimentos é proibido, por serem considerados nocivos com base em livros sagrados os quais indicam o que deve ser consumido. Para os judeus e mulçumanos, por exemplo, é proibido comer carne de porco (RODRIGUES, 2000).

Em áreas rurais dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, próximo a Manaus, os alimentos com maior disponibilidade no local apresentaram-se como preferenciais. Espécies de peixes como o aruanã (*Osteoglossum ferreirai*), traíra são rejeitados por estas populações devido ao sabor da carne e sua consistência (SILVA, 2007). As caças rejeitadas nessa região são a anta (*Tapirus terrestris*), a paca (*cuniculus paca*) e o veado (*Mazama americana*, *M. gouazouriba*), a justificativa para isso são os hábitos alimentares

(“comem de tudo”), efeitos colaterais (“causa inchaço nos olhos”) e habitat (“vivem na mesma toca com a surucucu”), respectivamente (SILVA, 2007). No Parque Nacional do Jaú no estado do Amazonas o tabu está relacionado ao pixé: cheiro característico de plantas como caramuri (*Pouturia opposita*) e o murrumuru (*Astrocaruju sp.*) que fica na carne de animais quando consomem seus frutos (PEZZUTI *et al.*, 2004).

Também pode ocorrer restrição ao consumo de alguns alimentos em determinados períodos ou em casos específicos durante toda a existência do indivíduo por ser tido como um alimento “reimoso”. A reima está ligada às características da carne de alguns peixes, quelônios e mamíferos considerados capazes de agravar a enfermidade de quem consume estes animais (PEZZUTI, 2003). Os animais reimosos são evitados por aqueles que tenham feridas, erupções cutâneas e doenças inflamatórias, ou ainda pelas mulheres nos períodos de menstruação, gravidez ou pós-parto (MURRIETA, 1998). Apesar de não ser comprovada cientificamente, a reima está ligada à prevenção ou agravamento de doenças (CASTRO, 2005; MURRIETA, 2001).

A reima é caracterizada por um sistema classificatório de oposições binárias entre alimentos perigosos (reimosos) e não perigosos (não reimosos), sendo aplicado às pessoas em estados físicos e sociais de liminaridade ou estados de representação ritual e simbólica de transição ou passagem, como enfermidades, menstruação e pós-parto (Murrieta, 1998, p. 121).

Para os índios Deni os peixes aruanã (*Osteoglossum sp.*), surubim (*Pseudoplatysto mafasciatum*), pacu (*Metynnis sp.*), jatuarana (*Brycon melanopterus*), jaú (*Paulicea luetkeni*), pirarucu (*Arapaima gigas*) e paraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) são considerados reimosos, especialmente no período menstrual e pós-parto e para pessoas com ferimentos ou picada de cobra (PEZZUTI; CHAVES, 2009). Tal fato justifica-se porque a reima não é uma qualidade inerente apenas ao alimento, mas se associa sempre a uma situação: o alimento é reimoso referindo-se à associação do alimento com o organismo consumidor (SILVA, 2007).

Santos e Rocha (2010) afirmam, que o tabu surge a partir de suposição a respeito de algum alimento consumido (“fazer mal”), sem antes uma investigação de possíveis outras causas como o armazenamento inadequado ou se o indivíduo já apresentava alguma doença antes. Assim, o alimento é apontado como o responsável pelo surgimento ou agravamento da enfermidade após o consumo do mesmo.

3- OBJETIVOS

Objetivo Geral

Verificar o consumo de proteína animal pela população ribeirinha nas margens do rio Araguari, no interior e entorno da Reserva Biológica (REBIO) Lago do Piratuba, Amapá.

Objetivos específicos

- Caracterizar o consumo de proteína animal da população das comunidades Tabaco e São Paulo;
- Realizar levantamento da diversidade de recursos faunísticos utilizados com finalidade alimentar pela população das comunidades Tabaco e São Paulo;
- Averiguar a existência de relação entre a dieta e sazonalidade (período seco e chuvoso).
- Analisar o consumo de proteína de origem animal dos comunitários das comunidades Tabaco e São Paulo quanto às preferências, rejeições e tabus.

4 – METODOLOGIA

4.1 - DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se no baixo curso do rio Araguari, nas comunidades Tabaco e São Paulo, na Reserva Biológica do Lago Piratuba (Rebio LP) no Estado do Amapá (Figura 1).



Figura 1 Mapa da Reserva Biológica do Lago Piratuba, estado do Amapá com destaque para as comunidades situadas no seu interior e entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba. (Fonte: DIAS, 2008).

A Rebio LP foi criada pelo Decreto Federal nº 84. 914 de 16 de julho de 1980, com limites alterados pelo Decreto nº 89. 932 de 10 de julho de 1984, totalizando 357.000 hectares. Localiza-se no extremo leste do município do Amapá e Tartarugalzinho 01°1' - 01°50' N, 49°34'-50°34' W, limitando-se ao norte do rio Macarri, a leste do Oceano Atlântico, a oeste com a comunidade Camaleão e ao Sul com o rio Araguari. O entorno do Rebio inclui município de Cutias, por onde geralmente se acessa a unidade e faz fronteira com a UC juntamente com o município de Pracuúba (DIAS, 2008).

A Rebio do Lago Piratuba apresenta clima tropical úmido, temperatura média varia de 22°C a 26°C, atingindo a máxima nos meses de setembro a dezembro, e a mínima nos meses de junho a agosto. A precipitação anual é superior a 3.250 mm e a umidade relativa do ar é em torno de 80%. O período seco é estimado no intervalo de setembro a novembro (IBAMA, 2005; JUNIOR, 2007). Geomorfologicamente está situada na planície litorânea amapaense. Apresenta terrenos do quaternário, especificamente na planície fluviomarinha de Macapá/Oiapoque, formada por sedimentos quaternários de origem mista, com lagos permanentes e temporários, lagos salinos e indiscriminada costeiro-laterita e hidromórfico e

distrófico. O rio Araguari e rio Tartarugal Grande são os principais cursos d'água da UC. A vegetação da Reserva varia de acordo com sua localização, com áreas cobertas por extensos manguezais na faixa litorânea, vegetação herbácea e arbustiva nos campos inundáveis e floresta densa aluvial encontrada ao longo das margens do rio Araguari. Possui uma rica e diversificada fauna (DRUMMOND *et al.*, 2008). É considerada como uma das mais importantes unidades de conservação da Região Norte e serve como berço de reprodução para aves migratórias e quelônios (IBAMA, 2005).

O acesso a REBIO do Lago Piratuba é feito por meio terrestre e fluvial. Saindo da capital Macapá pela Rodovia BR-156. E deslocando-se 150 km para chegar ao município de Cutias do Araguari, localizado a margem direita do rio Araguari. Nesta localidade parte-se de barco regional, aproximadamente oito horas de viagem ou de voadeira (lancha de alumínio – motor de 40 HP), até a sede da UC. Entretanto, o tempo de viagem sofre ampla variação de acordo com as condições climáticas e o veículo (DIAS, 2008).

Na Rebio Piratuba existem cinco comunidades ao longo das margens do rio Araguari, sendo duas localizadas no interior da unidade (Tabaco e Milagre de Jesus) e três no entorno (Santa Rosa, São Paulo e Bom Amigo). Segundo Dias (2008) as atividades econômicas desenvolvidas por essas comunidades são diversificadas, estão relacionadas à pecuária, agricultura, caça, pesca de subsistência e criações de animais domésticos.

A pesquisa foi desenvolvida em duas comunidades no baixo curso do rio Araguari. Uma no interior e outra no entorno da Reserva Biológica do Lago Piratuba: comunidade de Tabaco e São Paulo respectivamente. As comunidades foram escolhidas com base na maior facilidade de logística.

4.2 – MÉTODOS

O projeto foi apresentado no dia 05 de outubro de 2013 na comunidade Tabaco e dia 06 de outubro de 2013 na comunidade São Paulo. Foi feita uma breve explicitação dos objetivos, metodologia e importância do estudo a cada participante em suas próprias residências. Respeitamos os acordos locais e acolhemos sugestões dos próprios comunitários para o desenvolvimento da pesquisa. Figura 2.



Figura 2. Entrevistas com comunitários e distribuição de calendários de consumo alimentar. Acima na comunidade São Paulo e abaixo na comunidade Tabaco. (Fonte: Produção da autora).

A coleta de dados ocorreu através calendário de consumo alimentar (COSTA *et al.*, 2011) e entrevistas semiestruturadas (SEIXAS, 2005). Os alvos das entrevistas foram às mulheres com idade a partir de dezessete anos, considerando que estas manipulam e preparam as refeições diariamente. E em alguns casos, homens responsáveis pelo preparo do alimento também foram entrevistados. A seleção dos participantes foi através do método de amostragem “snowball” ou “bola de neve”, onde o recrutamento do próximo participante foi indicado pelo entrevistado no momento (BAILEY 1994 *apud* ALBUQUERQUE; LUCENA 2004). Mas, precisava-se iniciar com uma família para indicar a próxima. Então na comunidade Tabaco procurou-se pelo morador mais antigo para iniciar a pesquisa. Na comunidade São Paulo, como não se conhecia o comunitário mais antigo, a pesquisa iniciou-se pela professora, a qual indicou o próximo comunitário a participar.

A coleta de dados ocorreu durante quatro meses (outubro, novembro e dezembro de 2013 e janeiro de 2014). Esse período foi escolhido para a obtenção de amostras do período seco e chuvoso para melhor analisar a influência sazonal na dieta das comunidades.

A pesquisa na área foi concedida pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, sob o número do processo 40909-1.

4.2.1- CALENDÁRIO DE CONSUMO

Durante a visita para realização da entrevista semiestruturada foram distribuídos 120 calendários de consumo alimentar a sete famílias de cada comunidade no período seco (outubro, novembro) e 115 no período chuvoso (dezembro e janeiro). Vale ressaltar que as famílias participantes nos dois períodos foram às mesmas, entretanto no período chuvoso apenas seis famílias da comunidade São Paulo registraram a proteína consumida.

Neste calendário (Apêndice 1) (adaptado de COSTA *et al.*, 2011), os comunitários registraram a quantidade de proteína animal consumida e número de pessoas que a consumiram, especificando o tipo de caça/peixe/animais domésticos/produtos industrializados consumidos no almoço e jantar diariamente durante quatro meses (outubro, novembro, dezembro, janeiro). Foram considerados animais domésticos: galinha caipira, búfalo, porco e pato doméstico e produtos externos ou industrializados: frango congelado, enlatado, mortadela. Enquanto, caça apenas os mamíferos e répteis foram registrados as espécies consumidas. Adicionalmente, os peixes e aves foram assim classificados, devido à maioria dos participantes não especificaram as espécies consumidas.

4.2.2-ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS: IDENTIFICAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS, REJEIÇÕES E TABUS ALIMENTARES

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2) (SEIXAS, 2005) foram aplicadas a dez famílias na comunidade Tabaco e dez a famílias na comunidade São Paulo, com a finalidade de identificar as preferências, as rejeições e tabus alimentares que ocorrem nestes locais

Nesta mesma entrevista foram abordados alguns aspectos para a caracterização socioeconômica das famílias nas comunidades estudadas como: número de pessoas que moram na residência, quantidade de filhos e de pessoas responsáveis pela fonte de renda, escolaridade, profissão e tempo de residência nas comunidades.

4.2.3- ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram armazenados em planilhas no programa Microsoft Excel, 2007 e analisados neste mesmo programa. Os recursos faunísticos foram identificados conforme Silva *et al.*, (2012), Borges *et al.*, (2004).

5 - RESULTADOS

5.1 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DAS COMUNIDADES

a) Comunidade Tabaco

No primeiro momento, buscou-se compreender o perfil dos entrevistados, analisando a fonte de renda, nível de escolaridade, quantidade de moradores em cada residência e filhos em cada família. Nesta comunidade foram entrevistadas 10 pessoas uma por unidade familiar, representando 66,77% das unidades familiares residentes na comunidade. Esta possui 15 unidades familiares, as quais apresentam em média quatro pessoas por residência e média de quatro filhos por família.

Em relação à fonte de renda das famílias observou-se que 40% é proveniente de atividades autônomas, 20% são oriundas de aposentadoria, 10% são merendeiros (pessoa responsável pela preparação do lanche na escola), 10% são professores e 10% são vigilantes e 10% são serventes. Em 70% das residências entrevistadas apenas uma pessoa é responsável pela renda familiar, em 20% são duas pessoas e em 10% dos entrevistados três pessoas contribuem com a renda familiar.

A maior parte dos entrevistados vive há muitos anos nessa comunidade. Cerca de 70% moram no local desde o nascimento e 30% moram há menos de dez anos. Quanto à idade entre os moradores que habitam a comunidade Tabaco verificou-se que 80% possuem até cinquenta anos e 20% possuem mais de 50 anos. Os entrevistados apresentam baixo nível de escolaridade: 80% cursaram apenas o ensino fundamental incompleto (correspondente à antiga 1ª a 4ª séries), 10% cursaram o ensino médio, mais não concluíram e apenas 10% possuem graduação.

b) Comunidade São Paulo

A comunidade São Paulo é composta de 20 unidades familiares das quais foram entrevistadas 10 pessoas, representando 50% das unidades familiares da comunidade. Cujos número médio de pessoas nas unidades familiares é igual a três pessoas por residência com média de quatro filhos por família. A fonte de renda é proveniente de atividades autônomas (40%), atividades relacionadas à pecuária (vaqueiro) (20%), ao ensino (professor) (10%), à saúde (agente de saúde) (10%), à pesca (pescador) (10%) e alguns recebem apenas bolsa

família (10%) (programa social do governo federal). Apenas uma pessoa é responsável pela fonte de renda em 80% das famílias entrevistadas. Duas ou três pessoas contribuem com a renda de 20% das famílias analisadas.

O tempo de moradia na comunidade São Paulo está distribuído em: 40% moram há mais de quarenta anos, 20% vivem entre onze a quinze anos, 10% moram entre dezoito a quarenta anos e 30% residem há menos dez anos.

Entre os entrevistados da comunidade São Paulo 30% afirmaram ser analfabetos, 50% possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 10% não completaram o ensino médio e somente 10% possuem nível superior.

5.2 - CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO DE PROTEÍNA

5.2.1 – Diversidade de Recursos Faunísticos Utilizados com Finalidade Alimentar

Nas duas comunidades os recursos faunísticos utilizados com finalidade alimentar são animais silvestres, animais domésticos e produtos comercializados. Dentre os animais silvestres destacam-se peixes, aves silvestres, capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), jacaré (*Caiman crocodilus*), guariba (*Alouatta macconelli*), camarão (ordem Anostraca), tracajá (*Podocnemis unifilis*) e perema (*Rhinoclemmys punctularia*). Os animais domésticos consumidos são galinha caipira (*Gallus domesticus*), porco (*Sus domesticus*), pato doméstico (*Cairina moschatae*), búfalo (*Bubalus bubalis*). Os produtos de externos são: enlatado, mortadela, frango congelado e charque.

5.2.2- Calendários de consumo alimentar

Foram registradas 766 alimentações nas comunidades Tabaco e 800 refeições na comunidade São Paulo através de calendários de consumo alimentar (Tabela 1).

Tabela 1- Registros obtidos de consumo de proteína nas comunidades Tabaco e São Paulo.

Comunidade	Almoço	Jantar	Total
Tabaco	383	383	766
São Paulo	400	400	800

a) Comunidade Tabaco

O consumo de proteína de origem animal na comunidade Tabaco durante o período seco (outubro e novembro) foi representado principalmente pelos peixes (45%), seguido de animais domésticos (34%), caça (14%), e produtos externos (7%) (Figura 3).

Os animais domésticos consumidos foram o búfalo (22%), galinha (6%), pato doméstico (4%) e porco (2%). As caças consumidas foram capivara (6%), jacaré (3%), aves silvestres (3%) e tracajá (2%). Os alimentos industrializados foram frango congelado (5%), enlatado (1%) e mortadela (1%).

Adicionalmente no período chuvoso o consumo de pescado não apresentou diferença significativa em relação ao período seco (46%), assim como o consumo de caça (25%) do total de fonte proteica. Animais domésticos foram (17%) e produtos externos correspondem a (12%). As espécies de caça consumidas foram aves silvestres (10%), capivara (7%), jacaré (5%) e tracajá (3%). Os animais domésticos foram búfalo (10%) e galinha (7%). Os produtos externos foram o frango congelado (9%) e enlatado (3%).

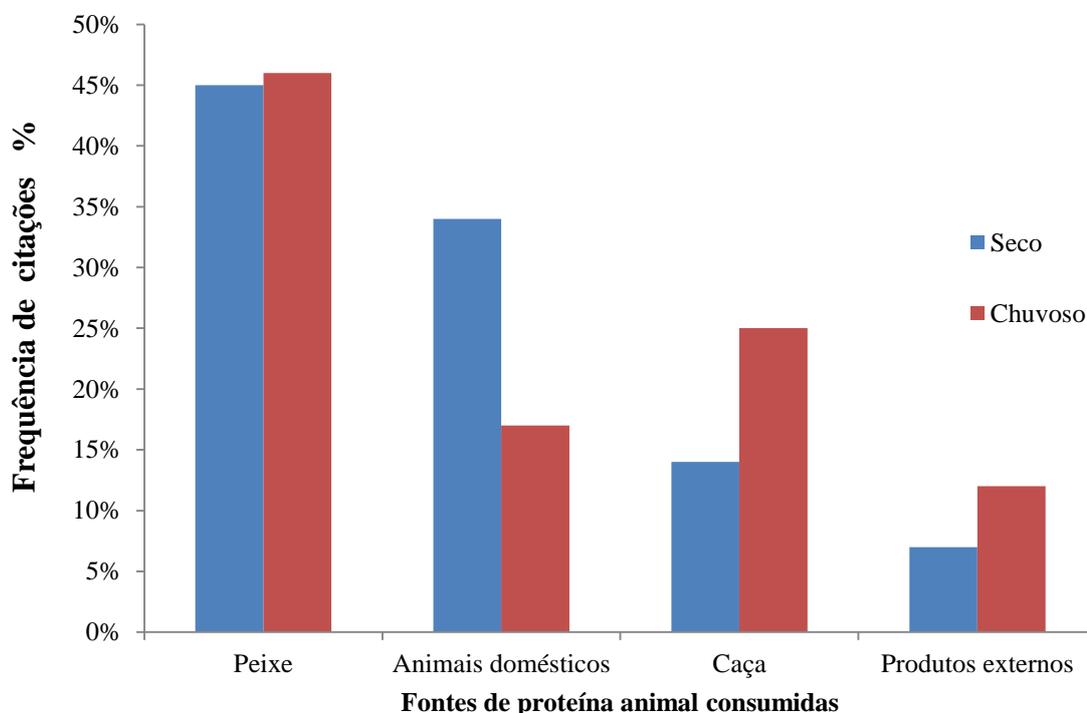


Figura 3. Fontes de proteína animal consumidas no período seco e chuvoso na comunidade Tabaco, AP.

Nos registros de calendários os comunitários anotaram o consumo de 24 ovos, entretanto não foi especificada a espécie dos ovos.

b) Comunidade São Paulo

O consumo de proteína animal na comunidade de São Paulo durante o período seco (outubro e novembro) foi representado especialmente pela caça (44%), acompanhado de peixe (26%), animais domésticos (26%) e alimentos externos (4%) (Figura 4).

As caças consumidas foram aves silvestres (26%), capivara (17%), tracajá (1%). Os animais domésticos foram búfalo (20%), galinha (3%) e porco (3%). Os alimentos de externos foram frango congelado (3%) e enlatado (1%).

Por outro lado, no período chuvoso (dezembro e janeiro) o consumo de recursos faunísticos silvestres foi bastante representativo, correspondendo a 79% de toda proteína animal consumida. As caças representaram 40%, seguidas de peixes (39%) e animais domésticos (20%). O consumo de alimentos externos correspondeu a (1%). As caças consumidas foram jacaré (16%), capivara (15%), aves (6%), guariba (2%) e tracajá (2%). Os animais domésticos consumidos foram búfalo (14%) e galinha (6%) e alimento externo foi representado apenas pelo frango congelado com 1% do total.

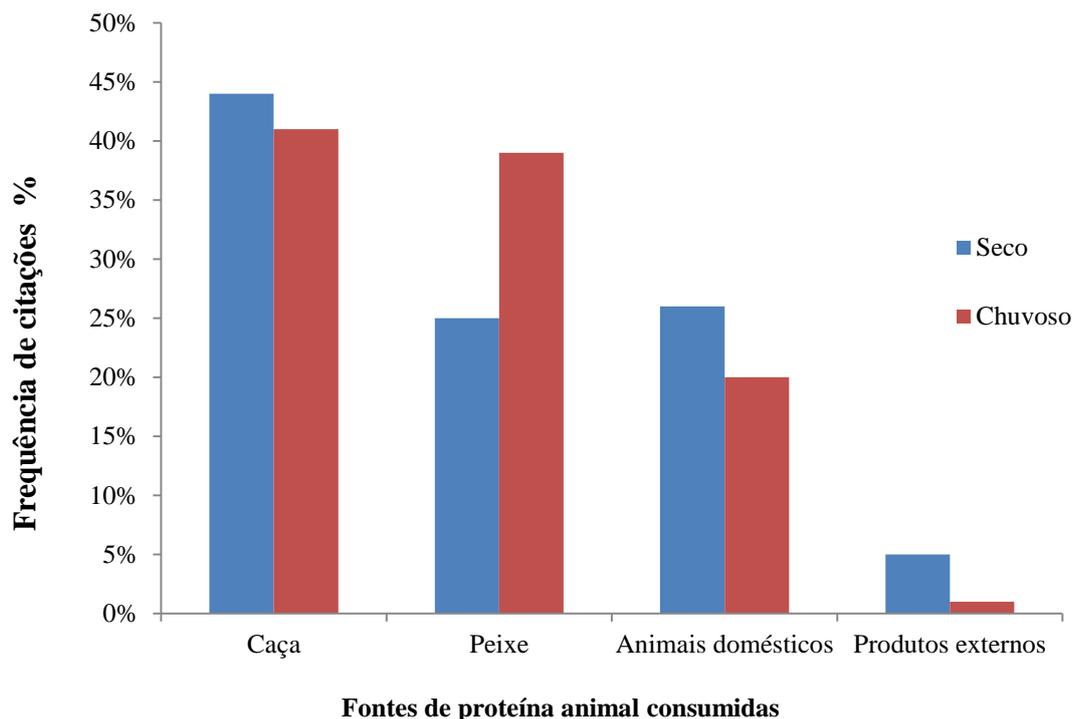


Figura 4. Fontes de proteína animal consumidas no período seco e chuvoso na comunidade São Paulo, AP.

5.2.3 – PREFERÊNCIAS, REJEIÇÕES E TABUS ALIMENTARES

Peixes

a) Preferências

Entre os peixes indicados como preferidos na comunidade Tabaco destacam-se o tamuatá (*Callichthys callichthys*) com 42%, seguido da tainha (*Mugil cephalus*) com 17%. O acari (*Loricariidae*), aracu (*Leporinus spp.*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosu*), traíra (*Hoplias malabaricus*) e tucunaré (*Cichla spp.*) representaram 8% da preferência cada um (Figura 5).

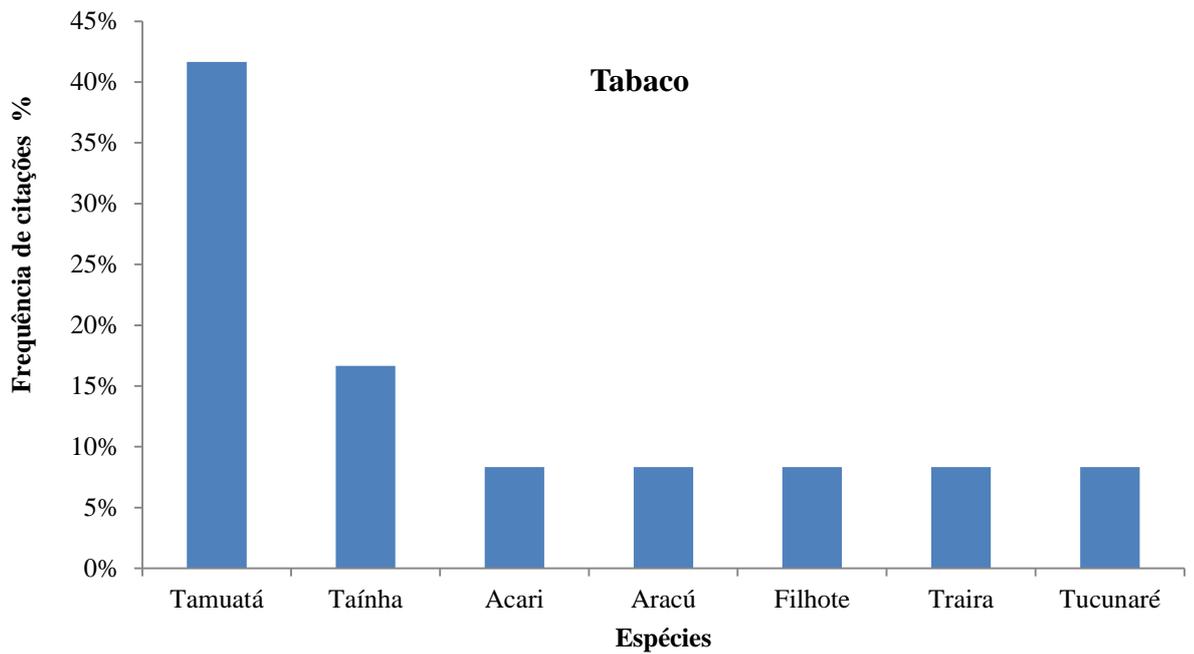


Figura 5. Preferência de peixes da comunidade Tabaco, AP.

Para a comunidade São Paulo a preferência entre representantes da ictiofauna foram: filhote (15%), não possui preferência (15%), mandubé (*Ageneiosus inermis*) (15%), pescada (*Cynoscion spp.*) (15%), tamuatá (15%), apaiari (família Cichlidae) (9%), branquinha (*Cyphochorax abramoides*) (8%) e tucunaré (8%) (Figura 6).

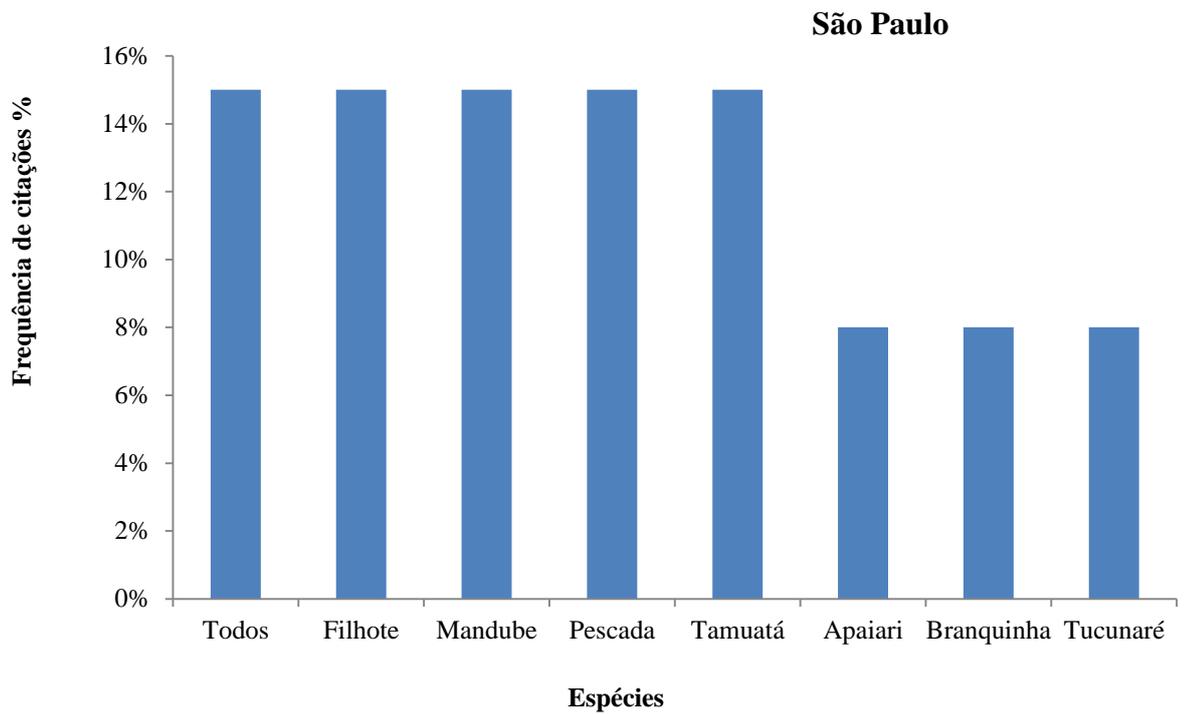


Figura 6. Peixes preferidos na comunidade São Paulo, AP.

b) Rejeição

Entre os peixes que aparecem na lista de rejeição dos moradores da comunidade de Tabaco estão piranha (*Serrasalmus sp.*) (18%), arraia (*Potamotrygon sp.*) (18%), acari (8%), cação (*Carcharrinus spp.*), pescada (*Plagioscion spp.*, *Pachyurus spp.*), traíra, jandiá (*Rhandia spp.*) e gurijuba, sendo estes últimos representadas por 9% cada um (Figura 7).

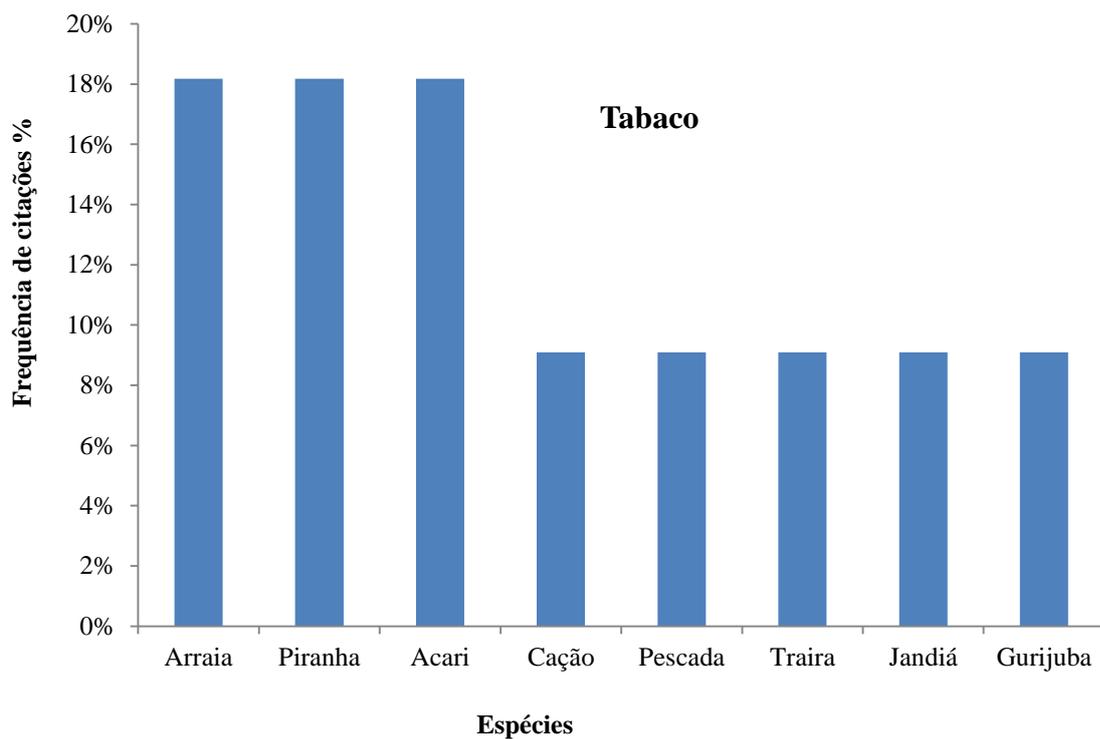


Figura 7. Peixes rejeitados na comunidade Tabaco, AP.

Para a comunidade São Paulo a traíra foi apontada como o peixe mais rejeitado (33%), seguido de pirarucu (*Arapaima gigas*) (17%), pescado (17%), puraquê (*Electrophorus electricus*) (8%), piranha (*Serrasalmus*) (8%), acari/bodó (*Liposarcus pardalis*) (8%), jeju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*) (8%). Os entrevistados citaram que tais peixes são rejeitados por não apresentarem sabor na carne (carne sem graça) (Figura 8).

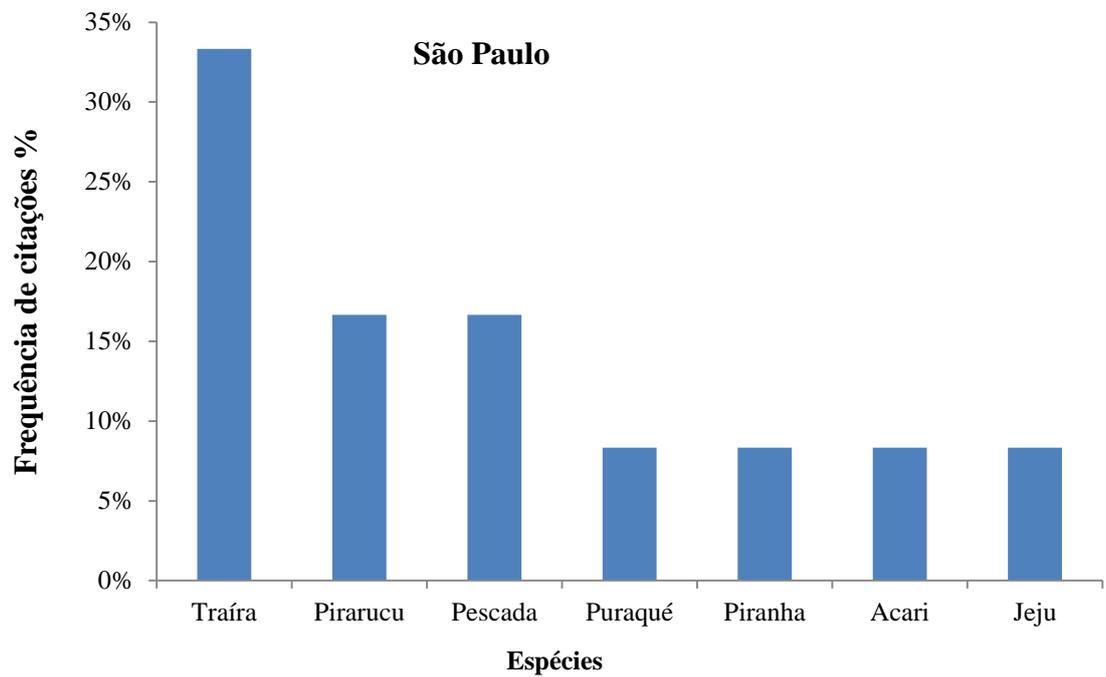


Figura 8. Peixes rejeitados na comunidade São Paulo, AP.

c) Tabus

O Jeju destaca-se como a espécie com maior número de citações como peixe reimoso (46%), na comunidade Tabaco. Tamuatá representou 15% e as demais espécies representaram 8% cada (Figura 9).

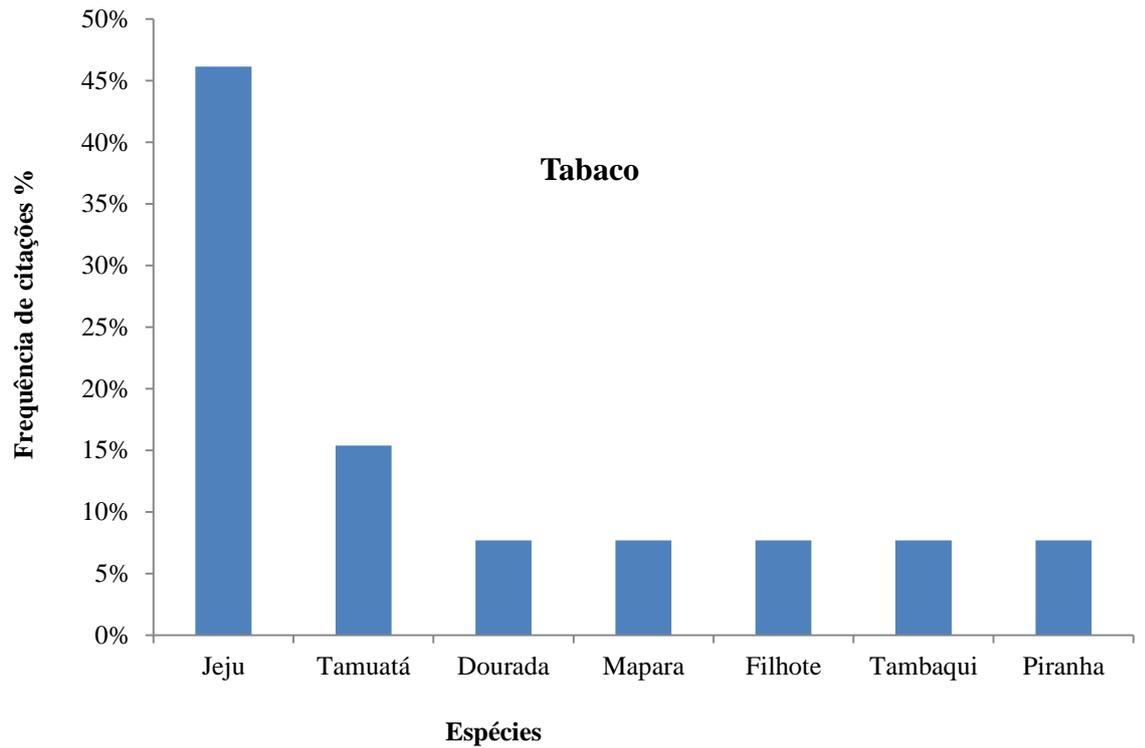


Figura 9. Peixes considerados reimosos na comunidade Tabaco, AP.

Na comunidade São Paulo o jeju também foi considerado o peixe, mais reimoso (73%). Traíra, acari e piranha representaram cada um 9% das citações de peixes reimosos (Figura 10).

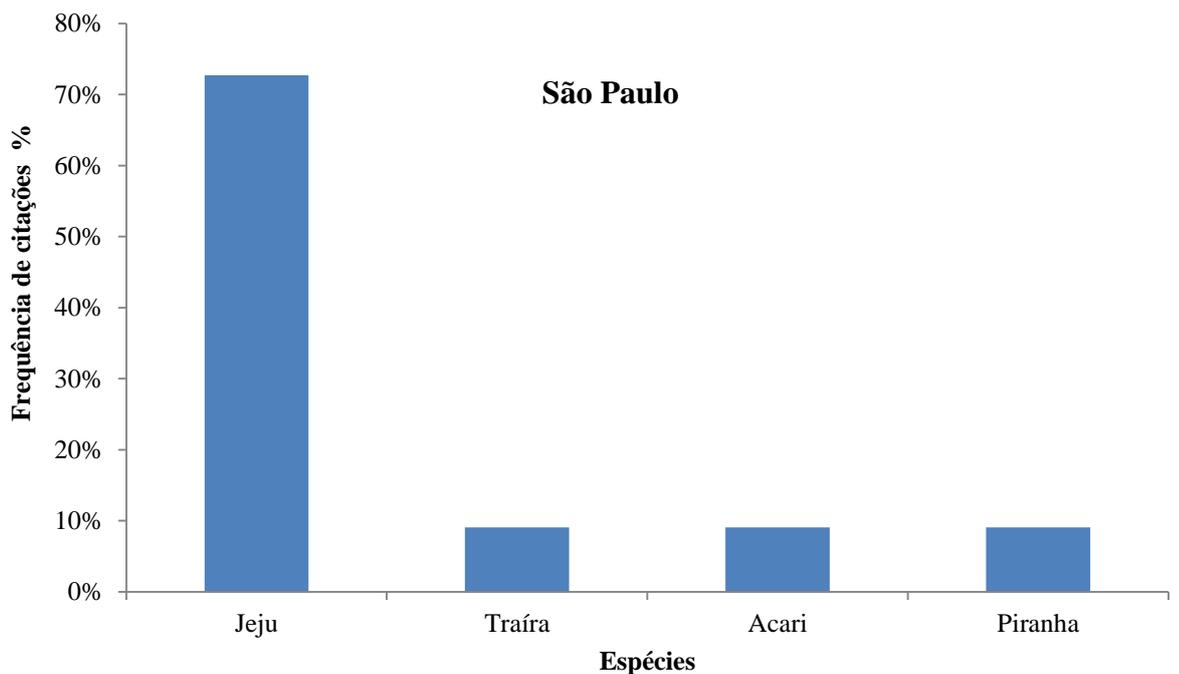


Figura 10. Peixes considerados reimosos na comunidade São Paulo, AP.

Caças

a) Preferência

Na comunidade Tabaco capivara representou a carne de caça preferida, com 67% de todas as citações dos entrevistados, seguida do jacaré (17%), tatu (*Dasyus novemcinctus*, *Priodontes maximus*) (8%) e pato do mato (*Chairina moschata*) (8%) (Figura 11).

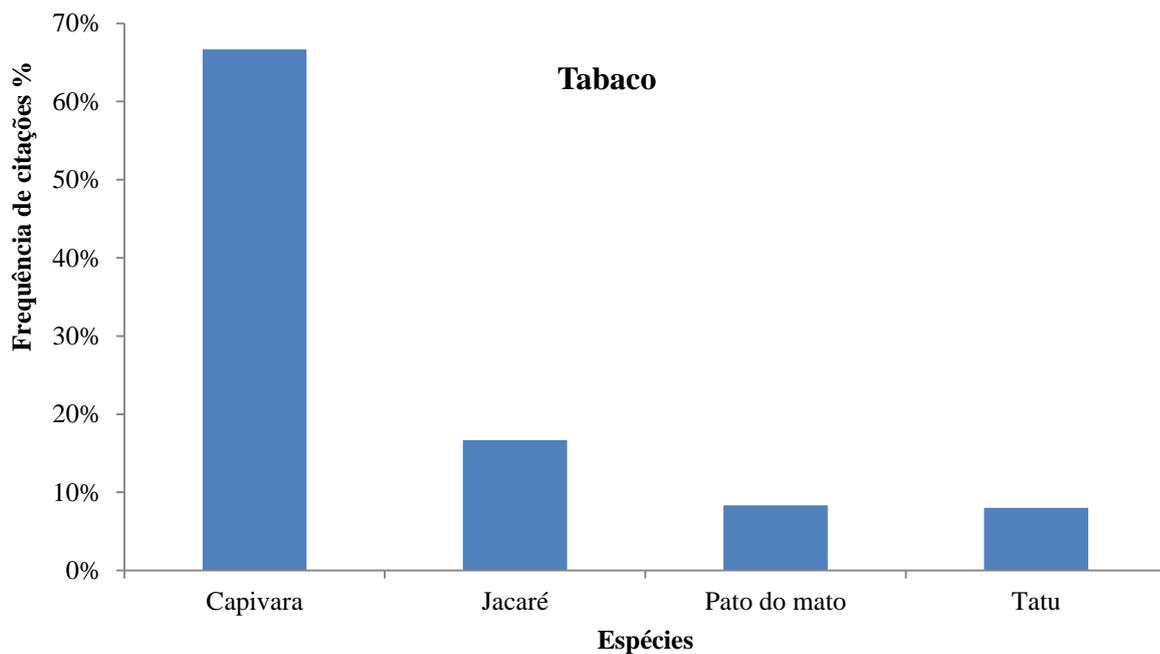


Figura 11. Caças preferidas na comunidade Tabaco, AP.

Por outro lado, na comunidade São Paulo as caças preferidas para o consumo são pato do mato (31%), capivara (23%), jacaré (23%) e marreca (*Dendrocygna Autumnnalis*) (23%) dos entrevistados (Figura 12).

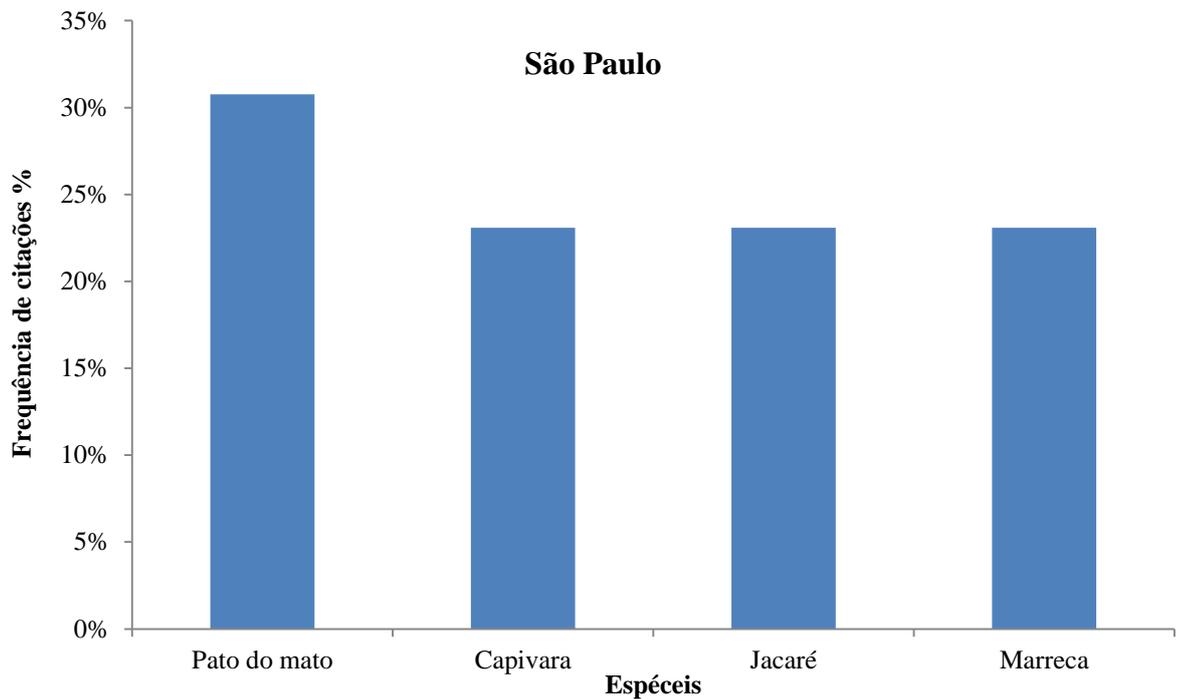


Figura 12. Caças preferidas comunidade São Paulo, AP.

b) Rejeição

Entre as caças rejeitadas pelos comunitários da comunidade Tabaco estão jacaré (18%), onça (18%), mucura (*Didelphis sp.*), jaburu (*Jabiru mycteria*), tatus (*Dasytus novemcinctus*, *Priodontes maximus*), camaleão (*Iguana iguana*), gavião (*Micrastur ruficollis*) e capivara, cada um com 9% de rejeição dos entrevistados (Figura 13).

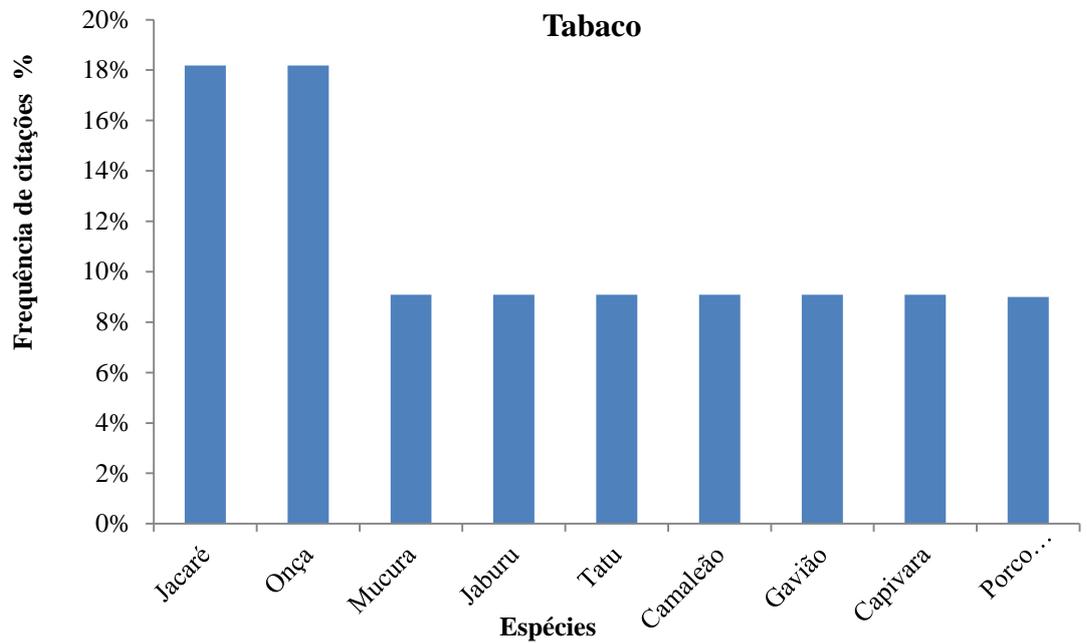


Figura 13. Caças rejeitadas na comunidade Tabaco, AP.

Na comunidade São Paulo as caças rejeitadas citadas pelos comunitários foram os primatas (54%), capivara (15%), tamanduá (*Mirmecofaga tridactyla*), onça, mucura e jacaré representando 8% de rejeição cada um (Figura 14).

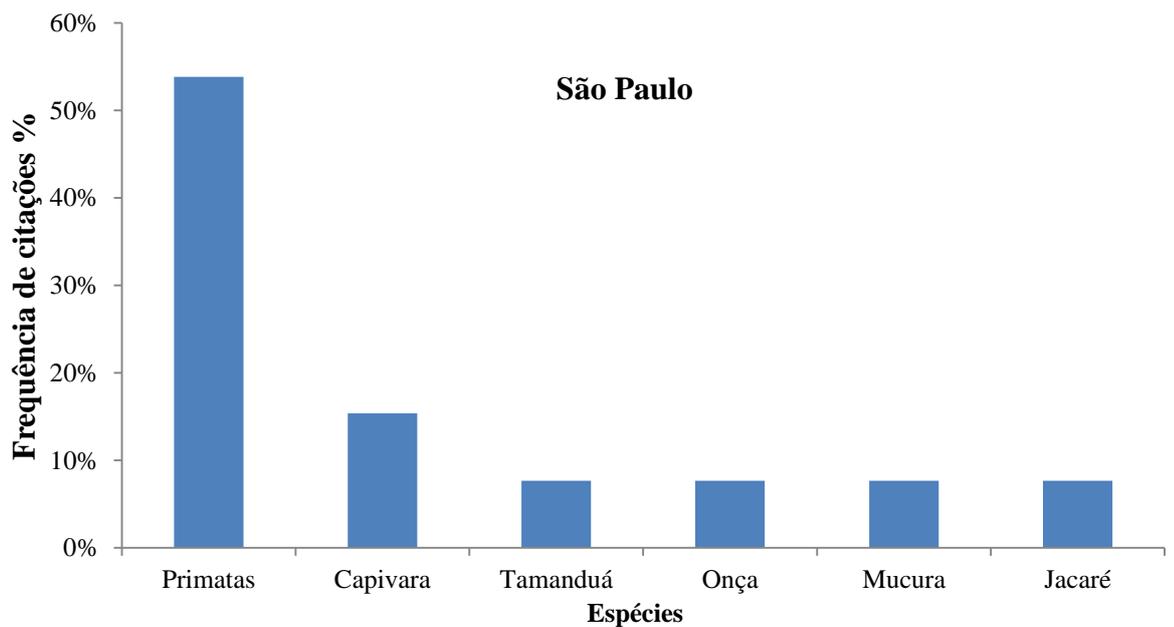


Figura 14. Caças rejeitadas na comunidade de São Paulo, AP.

6- DISCUSSÃO

6.1- Características socioeconômicas das comunidades

Nas comunidades Tabaco e São Paulo os entrevistados apresentam baixo nível de escolaridade. Segundo Dias (2004), os moradores do interior e do entorno da Rebio do Lago Piratuba não tem oportunidades de acesso ao ensino formal e apresentam grande quantitativo de analfabetos e baixos níveis de escolaridade.

A fonte de renda das famílias são divididas em atividades autônomas e relacionadas à saúde, ensino, pesca e pecuária. Dias (2004) em estudo realizado em todas as comunidades do interior e do entorno da Rebio do Lago Piratuba, registrou apenas o extrativismo como fonte de renda nas comunidades do interior e do entorno, incluindo as comunidades Tabaco e São Paulo.

Através dessas análises dos comunitários das comunidades Tabaco e São Paulo foi possível perceber que estes possuem forte ligação com o lugar onde vivem e na maioria dos casos estão nestes locais desde que nasceram.

6.2- Consumo de proteína animal

Os estudos mais recentes sobre o consumo de caça e pescado na Amazônia foram relacionados à variação sazonal realizados por ADAMS (2002), MURRIETA (2001), SILVA (2007) e BARBOZA (2008). Outras pesquisas são referentes ao consumo de caça e pesca em relação à diferença entre ecossistemas (MÜHLEN, 2005, PEZZUTI; CHAVES, 2009, MURRIETA *et al.*, 2008). Junior (2006) avaliou o consumo de caça na área urbana e rural de Abaetetuba (PA) com fins comerciais e de subsistência. Junior (2010) analisou o consumo de espécies da fauna silvestre no município de Macapá (AP). Ferreira (2012) analisou a atividade de caça na área rural do município de Porto grande, Amapá. Enquanto Alves (2009) estudou entre outros aspectos o abate e comercialização de animais silvestres utilizados para fins comerciais no Brasil.

Quando comparado a outras fontes proteicas o consumo de pescado e caça ainda é de grande importância na dieta para o fornecimento de proteína animal as duas comunidades estudadas (Tabaco e São Paulo). Isso se deve ao acesso imediato a estes alimentos. Ainda que os comunitários acessem as cidades (Macapá e Cutias) com certa frequência, eles não adquirem produtos industrializados (enlatados, frango congelado etc) em quantidade para longos períodos. Entretanto, o consumo de produtos industrializados é maior na comunidade Tabaco em relação à comunidade São Paulo. Na comunidade Tabaco existe um ponto de

venda, onde são comercializados alguns produtos industrializados (enlatados, charque etc). Isso provavelmente influencia no consumo de produtos industrializados nesta comunidade.

Na comunidade Tabaco o consumo de pescado não apresentou grande diferença entre o período seco e o período chuvoso. Porém, na comunidade São Paulo o consumo de pescado foi maior no período chuvoso. Comparando a estudo na ilha de Ituqui o consumo de peixe foi maior no verão (período seco) (ADAMS, 2002). Em Abaetetuba (PA) o consumo de peixe foi maior em relação a outras fontes proteicas, principalmente quando comparado ao consumo de caça o qual foi bastante baixo (JÚNIOR, 2006). Murrieta (2001) afirma que a variação sazonal pode influenciar o consumo de peixe, especialmente na Amazônia. Assim, em determinado período do ano a oferta de pescado pode ser maior ou vice-versa, dependendo do nível da água no local (PEZZUTI; CHAVES, 2009). Uma das causas da escassez do pescado no período chuvoso é a dispersão nos campos inundados o que dificulta sua captura (MUHLEN, 2005).

Apesar, da diferença no período de coleta do presente estudo que foi relativamente curto comparado a outros, porém, foi possível detectar os alimentos frequentemente presentes na dieta da população das comunidades Tabaco e São Paulo.

Por outro lado, animais domésticos obtiveram consumo maior no período seco, caça e produtos industrializados o consumo foi elevado no período chuvoso na comunidade Tabaco. No entanto, período seco o búfalo (adquirido na própria comunidade) teve um consumo elevado. Porém, este valor pode estar relacionado à coleta de dados durante festividade local (festa da nossa senhora da batalha), nos dias 18 e 19 de outubro, quando são mortos búfalos como forma de pagamento de promessas e na oportunidade é distribuída carne aos vizinhos e brincantes. Resultando no maior consumo durante o período seco de animais domésticos.

Na comunidade São Paulo o consumo de caça não apresentou grande diferença entre os períodos. Embora, ter apresentado consumo maior nos dois períodos comparado às demais fontes proteicas. Todavia, o consumo elevado de caça, provavelmente foi influenciado pelo fato que durante o período seco algumas espécies passam pela fase de troca de penas tornando-se vulneráveis a captura, devido à dificuldade de levantar altos voos. O consumo elevado de aves silvestres também foi observado no município de Fagundes (Paraíba) como fonte de proteína (NOBREGA, 2011). No entanto, o consumo de animais domésticos e produtos externos foram maiores no período seco nessa comunidade.

Segundo Mühlen, (2005) nas aldeias do Uaçá (AP) o consumo da caça e pescado representou 50% de toda proteína consumida naquele local no ano 2004. Diz ainda, o baixo consumo de produtos industrializados naquela área está associado ao alto preço de produtos externos e a grande facilidade em adquirir pescado e caça, praticamente sem custos.

Barboza (2008), também avaliou o consumo de fontes de proteína animal em lagos de Tucurí (PA) nos períodos chuvoso e seco e concluiu que houve pequena diferença entre o consumo de peixe e caça em relação à variação sazonal. Em alguns das aldeias localizadas na várzea do Amapá (Terra Indígena Uaçá) no período chuvoso o consumo de caça foi semelhante ao pescado (MUHLEN, 2005).

Isso confirma a hipótese, que ressalta que a variação sazonal não influencia na dieta das famílias estudadas, sendo assim estes recursos importantíssimos na dieta da população estudada.

Através dessas análises é perceptível que a principal fonte proteica nas duas comunidades é proveniente do consumo da caça e pescado. Aceitando-se assim, a hipótese, que diz que a principal fonte de proteína animal das comunidades é proveniente do consumo de pescado e caça. Porém, recomenda-se aumentar o esforço amostral, registrando-se o consumo diário das fontes de proteína animal durante todo um ano com a finalidade de compreender melhor algumas lacunas existentes nesse estudo.

No período seco é comum nessas duas comunidades o consumo de ovos de tracajá e de camaleão (*Iguana iguana*). Porém, relataram a preferência por ovos de camaleão (*obs.pessoal*). Estudo realizado por Conceição, (2013) na Floresta Nacional do Amapá mostrou que o consumo de ovos de quelônios foi confirmado por 85% dos entrevistados.

Preferências e Rejeições

a) Pescado

Na comunidade Tabaco a preferência é grande pelo tamuatá, enquanto no São Paulo não há uma preferência marcada. Cardoso e Barboza (2012) na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú – AP constataram que nessa área há grande preferência pelo tucunaré.

Na comunidade Tabaco a rejeição de peixe não foi marcada para uma única espécie, porém na comunidade São Paulo a traíra obteve maior percentual das citações. Os entrevistados da comunidade São Paulo discorreram sobre os diversos motivos para não

aceitação de peixe: sabor (sem graça), cheiro (pitiú). Na comunidade Tabaco, além das causas citadas pelos comunitários de São Paulo, citaram a origem do jandiá (*Rhandia spp*) é rejeitado localmente por se originar do sapo (ordem Anura). Confrontando com estudo realizado com quilombolas da APA do Curiaú as espécies de peixe puraquê e aruanã são rejeitadas nesta área, sem uma justificativa aplausível (CARDOSO; BARBOZA, 2012).

Em estudo realizado na área rural dos municípios de Santa Izabel do Rui Negro e Barcellos no Amazonas foi relatado que as espécies de aruanã (*Osteoglossum ferreirai*), traíra (*Hoplias malabaricus*), jacundá (*Crenicichla spp*), carauaçu (*Astronotus ocellatus*) são rejeitados por estas populações devido ao sabor da carne e sua consistência (SILVA, 2007).

b) Caça

A capivara foi à caça de maior preferência no Tabaco, todavia também apareceu com um quantitativo significativo na comunidade São Paulo. Por outro lado na comunidade São Paulo o pato foi o mais citado como caça preferida. Comparado com estudos em Abaetetuba-PA, essas espécies também aparecem como caça com grande aceitação pelos entrevistados (JÚNIOR, 2006). Para os índios da tribo Deni no Amazonas os animais preferidos são anta (*Tapirus terrestris*), queixada (*Tayassu pecari*), caititu (*Tayassu tajacu*) e macaco prego (*Cebus apella*), apesar de não se apresentarem como espécies mais abundantes (PEZZUTI; CHAVES, 2009). Isso é o contrário do que foi observado nas comunidades estudadas (Tabaco e São Paulo), como espécies preferenciais são as mais recorrentes na região, com exceção do tatu (Dasypodidae).

Na comunidade São Paulo os primatas tiveram elevado índice de rejeição, enquanto na comunidade Tabaco o jacaré e a onça são os mais rejeitados. Os motivos para rejeição de espécies de caça estão ligados à aparência, principalmente das espécies de primatas. Enquanto os demais são rejeitados devido ao sabor da carne, cheiro desagradável e transmissão de doença no caso de tamanduá. Um ponto interessante é a aversão ao consumo do mucura pelos comunitários das duas comunidades (dizem ter nojo do animal, porque carrega os filhotes em uma bolsa acoplada no abdômen).

Na APA do Rio Curiaú dentre as espécies de caça rejeitada está a Preguiça real (*Choloepus didactylus*), Amarelinho (*Aotus infulatus*), Quati (*Nasua nasua*), Mucura (*Didelphis marsupialis*) (CARDOSO; BARBOZA, 2012).

c) Tabus Alimentares

Para Silva (2007), a reima não é uma qualidade inerente apenas ao alimento, mas se associa sempre a uma situação: o alimento é reimoso referindo-se à associação do alimento com o organismo consumidor. Na APA do Rio Curiaú (Macapá), a reima é um ato cultural que influencia fortemente na escolha dos alimentos para consumo local. Apesar de obedecida com bastante rigor, à prática não prejudica o estado nutricional dessa população (GALENO; VIANA, 1994). Pezzuti (2003) afirma que a reima está ligada às características da carne de alguns peixes, quelônios e mamíferos considerados capazes de agravar a enfermidade de quem consome estes animais.

A população das comunidades Tabaco e São Paulo relataram o consumo de peixes considerados reimosos (fazem mal), cuja ingestão não é aconselhável para pessoas doentes, com ferimentos, durante o pós-parto ou período menstrual. Acredita-se que ocorre um agravamento (piora) do estado do enfermo. A maioria destas informações é repassada pelos mais idosos.

O jeju foi apontado pela maioria dos entrevistados das duas comunidades como o peixe reimoso, principalmente para indivíduos doentes. O mesmo foi encontrado na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú (APA) (CARDOSO; BARBOZA, 2012).

Segundo Santos & Rocha (2010) a maioria dos tabus surge a partir de suposição a respeito de algum alimento consumido “fazer mal”, sem uma investigação de possíveis outras causas como o armazenamento inadequado ou se o indivíduo já apresentava alguma doença antes. Dessa forma, após o consumo do alimento, esse é apontado como o responsável pelo surgimento da enfermidade.

De acordo com os resultados analisados percebeu-se que a preferência, tabus e rejeição possuem forte ligação com a disponibilidade dos recursos faunísticos, com exceção do tatu, guriuba e cação, os quais não são recorrentes nas comunidades estudadas. Dentre as caças presentes na Reserva do Lago Piratuba estão capivara, guariba, macaco, paca, cutia, etc (SILVA, *et al.*, 2012). Quanto aos peixes a literatura existente indica algumas espécies que ocorrem nos lagos da unidade como tucunaré, pirarucu, bagre, pescada, aruanã, etc (SILVA, *et al.*, 2007). Portanto, aceita-se, a hipótese de que às preferências, rejeições e tabus estão relacionados com a disponibilidade dos recursos faunísticos nas comunidades estudadas. Segundo Silva (2007), em alguns casos a preferência por determinada espécie está ligada à disponibilidade do alimento no local.

7 – CONCLUSÕES

O consumo de proteína animal está relacionado às características socioeconômicas das famílias estudadas cuja renda mensal de modo geral não ultrapassa dois salários mínimos, favorecendo as atividades extrativistas para obtenção de proteína animal em detrimento à compra de produtos externos (congelados, enlatados).

Além disso, pode-se afirmar que as populações ribeirinhas amazônicas ainda são muito dependentes dos recursos da natureza para sua sobrevivência, sobretudo nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. Nas comunidades estudadas no interior e entorno da REBIO do Lago Piratuba não é diferente. Nas comunidades Tabaco e São Paulo a fonte de proteína de origem animal predominante é proveniente de recursos silvestres, apesar, de na comunidade São Paulo o consumo de peixe ter sido menos representativo nos dois períodos.

A rejeição a alguns tipos de alimento geralmente está relacionada à aparência, sabor e cheiro da carne. Enquanto, o tabu está ligado ao estado que o indivíduo se encontra.

8. REFERÊNCIAS

ADAMS, C. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional uma análise comparativa**. Tese (Doutora em Ciências, na Área de Ecologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. SP. 2002.

ALVES, R. O. **Criação abate e comercialização de animais silvestres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Vigilância Sanitária e Controle da Qualidade dos Alimentos). Universidade de Castelo Branco. 2009.

ABIRACHED, C. F. A.; BRASIL. D. SHIRAIISHI. J. C. **Áreas protegidas e populações tradicionais: conflitos e soluções. Encontro nacional da anppas**. N.4. 2010.

AGUIAR, G. F.S. **Nutrição e adaptação humana em áreas de pesca na Amazônia: sugestões para políticas em saúde**. Bol. Mus. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.1 n. 2, p.129-138.2006.

ARRUDA, R. **Populações “tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II – nº 5 – 2º Semestre de 1999**.

BARBOZA, M. S. L. **“O preço que a natureza pagou e os efeitos colaterais que sofremos para hoje se ter energia”**: Uso dos recursos animais e percepção dos impactos entre os ribeirinhos do lago de Tucuruí(PA). Dissertação. (Mestrado em planejamento e desenvolvimento). Núcleo de altos estudos da Amazônia. Universidade Federal do Para.2008.

BATISTA, V. S; ISAAC.V. J; VIANA. J. P. **Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia**. 2004.

BORGES, S.H. **Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia**. 2004.

BRASIL, **Decreto nº 4.340, de agosto de 2002**. Regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõem sobre o SNUC.

BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

BRASIL, **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL, **Decreto nº 89. 932 de 10 de julho de 1984**. Dispõem sobre a alteração dos limites da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

BRASIL, **Decreto lei nº 84. 914 de 16 de julho de 1980**. Dispõem sobre a criação da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

BRASIL, **Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967**. Dispõem sobre a proteção a fauna e dá outras providências.

BRITO, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de unidades de conservação: O caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém. Pará. 2006.

CANDIDO, S. E. A. **Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na Amazônia**. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de produção). Departamento de Engenharia de Produção. Universidade de São Carlos – SP -BRASIL. 2010.

CANDIDO, S. E. A.; SOULÉ, F. V.; PIRES, M. B. Desenvolvimento e implantação de mini fábricas de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia: A experiência do núcleo de apoio à população ribeirinha da Amazônia. **Encontro Nacional**. 2008.

CARDOSO, M. N. BARBOZA. R. S. L. O uso da fauna local e etnozologia entre quilombolas da área de proteção ambiental do Rio Curiaú (Macapá-AP). 2012.

CONCEIÇÃO. P. F. **Sustentabilidade em unidades de conservação: Avaliação do uso da fauna de vertebrados de médio e grande porte (com ênfase em quelônios) na Floresta Nacional do Amapá, Brasil**. Monografia. (Graduação em Ciências Ambientais) Universidade Federal do Amapá. 2013.

CASTRO, M. A. C. **Alimentação e reima no vale do Tapajós. Monografia**. (Graduação em licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais). Centro de filosofia e ciências humanas. Universidade Federal do Pará. 2005.

COSTA, J. V. S. Calendário sazonal com método de avaliação do consumo alimentar das famílias em assentamentos rurais. **IV Reunião de Biofortificação**. 2011.

DIAS, T. C. A. Gestão participativa na Reserva Biológica do Lago Piratuba (Amapá). **OLAM- Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, SP, Brasil, v. 8, n. 1, p. 239. 2008.

DIAS, T. C. A. Gestão participativa: **Uma alternativa de eco desenvolvimento para a Reserva Biológica do Lago Pirituba/AP**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento sustentável). Universidade Federal do Amapá. 2004.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais**. SP. 2000.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A.; BRITO, D. M. C. **Atlas das unidades de conservação do estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

FERREIRA, D. S. S; CAMPOS, C. E. C; ARAÚJO, A. S. Aspectos da atividade de caça no Assentamento Rural Nova Canaã, Município de Porto Grande, Estado do Amapá. **Biota Amazônia**. Macapá, AP, Brasil. v. 2, n. 1, p. 22-31, 2012.

FERREIRA, A. P. C. Os limites legais da Reserva Biológica do Lago Piratuba e as comunidades tradicionais. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br. Acesso em 10/05/2014.

GALENO.H. N; VIANA. R. S.G. Hábitos e tabus alimentares de uma comunidade negra remanescente de escravos africanos no estado do Amapá. Monografia. (Graduação em nutrição). Universidade Federal do Pará.1994.

GONÇALVES. A. A. A tendência do consumo de pescado na cidade de Porto Alegre: um estudo através de análise de correspondência. Estudo tecnológico. 2008.

GUARIM, V. L. Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. **Resumo In:** III Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal. Os desafios do novo milênio. Corumbá-MS. 2000.

HANAZAKI, N. **Ecologia de Caiçara Uso de Recursos e Dieta.** Tese (Doutorado em Ecologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. SP. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA - IBGE. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. 2009.

IBAMA. Macapá. **Reserva Biológica do Lago Piratuba:** Informações básicas. Macapá: 21 p. 2005.

IBAMA. Macapá. **Reserva Biológica do Lago Piratuba:** Informações básicas. Macapá. 2008.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M C. El consumo de pescado em la Amazonía brasileña. Roma. Organización de las naciones unidas para la alimentación y la agricultura. **COPESCAALC document ocasional.** n° 13. Roma, FAO. p. 43. 2011.

JEROZOLIMSKI, A.; PERES, C. A. Bringing home the biggest bacon: a cross-site analysis of the structure of hunter-kill profiles in Neotropical forests. **Biological Conservation**, v. 111. n. 3. p. 415-425. 2003.

JOSUPEIT, H. Aquaculture Production And Trade World Wide Survey. Aspects é conomiques de la Production Aquacole. **Zaragoza: Ciheam**, n. 14. p. 9-28. 1995.

JÚNIOR, M. B. F. D. **Fauna silvestre ex situ no estado do Amapá: Utilização, apreensão e destinação.** Dissertação. (Mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Amapá. Macapá. Amapá. 2010.

JÚNIOR, D. B. S. **Modelagem Computacional de Incêndios e Queimada: Um Estudo de Caso Sobre Reserva Biológica do Lago Piratuba.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Processos Ambientais). Universidade Católica de Pernambuco – Recife-Brasil, 2007.

JÚNIOR, P. C. B. **Caracterização do uso comercial e de subsistência da fauna silvestre no município de Abaetetuba, PA.** Dissertação. (Mestrado em Ciência Animal). Universidade Federal do Pará. Belém. 2006.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, **Departamento de Antropologia**, 2002.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 44 n. 2. 2001.

_____. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**. Campinas, n. 21 p. 123s-133. 2008.

_____. “Food Consumption and subsistence in Three Cabloco populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil”. **Humam Ecology**. v. 27, n. 3. p. 455-475, 1998.

MUHLEN, E. M. Consumo de proteína animal em aldeias de terra firme e de várzea da terra indígena Uaçá, Amapá, Brasil. Dissertação. (Mestrado em zoologia). Universidade Federal do Pará. 2005.

NEVES, J. G. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. **Revista virtual**. Disponível em: <http://www.partes.com.br/socioambiental/ribeirinhos.asp>. Acesso em 15/04/2008.

NOBREGA, V. A. **Utilização de aves silvestres por moradores do município de Fagundes semiárido Paraibano: Uma abordagem entoornitológica**. Trabalho de conclusão de curso (Grau de Bacharel/Licenciado em Ciências Biológicas). Universidade Federal de Paraíba. Campina Grande. PB. 2011.

OLIVEIRA, E. A. G; PORTILHO, E. S; MENEZES, N. S; GOMES, B. T. F; BATISTA, W. C. F; SAITER, O. Ribeirinhos da Amazônia. In: Um relato de vivência no município de Igarapé Mirim – Pará. **Resumos**. v. 2, n. 2. 2004.

OLIVEIRA, S. P. Estudo de consumo alimentar: Em busca de uma abordagem multidisciplinar. *Revista Saúde Pública*, v.31, n. 2, 201-218.1997.

PAIVA, A.C; ALFENAS, R. C. G; BRESSAN, J. Efeitos da alta ingestão diária de proteínas no metabolismo. **Revista Brasileira de Nutrição**. n. 22. p. 83-87. 2006.

PEZZUTI, J.C.B.; CHAVES, R. Etnografia e manejo de recursos naturais pelos índios Deni, Amazonas, Brasil. **Acta Amazônia**, v. 39 n. 1, p. 121-138. 2009.

PEZZUTI, J. C. B. **Ecologia e etnoecologia de quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil**. Tese (Doutorado em Ecologia) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PEZZUTI, J. C. B; REBÊLO, G. H; SILVA, D. F; LIMA, J. P; RIBEIRO, M.C. A caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú. 2004.

RODRIGUES. A. G. *O significado da reima* trabalho apresentado na **XXII reunião** da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, D.F. 2000

SARTORI, A. G. O; AMANCIO, R. D. Pescado: importância nutricional e consumo no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional Campinas**. Campinas. v. 19, n. 2, p. 83-93. 2012.

SAMPAIO, M. F. A; CARDOSO. Análise comparativa do consumo de alimentos: América Latina e União Europeia. **Revista de Caderno de Debates**. V. IX. P. 17-73. 2002.

SANTOS, H. J. X.; ROCHA R. C. O. Qualidade de vida e tabus alimentares de idosas em grupo de convivência. **VI Colóquio internacional**. Educação e contemporaneidade. São Cristóvão. Sergipe. Brasil. 2012

SARKS, F. **A avaliação das condições microbiológicas de carnes de animais silvestres no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo. Piracicaba. São Paulo. Brasil. 2002.

SATHLER. E. B. Populações residentes em unidades de conservação de proteção integral: A competência da lei (RJ)2.393/95 para além do sistema nacional de unidades de conservação – SNUC. In. *Áreas protegidas e inclusão social*. 2007.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIANA, P. F., BERKES, F., e SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Seco/ APED. p. 73-105. 2005.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo. V. 50 n. 1. 2007.

SILVA. C. 2012. **Guia de Mamíferos do Estado do Amapá**. 2010.

SONDRÉ, M. L. S. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Identidades Culturais e Étnicas e a Percepção das Políticas Públicas. **Encontro**. In *População Tradicional Ribeirinha e Política de Reforma Agrária: Um olhar sobre o agroextrativista São Francisco - pae-sf*. 2010.

TOLEDO, V. M, Povos / Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. In: **Levin, S. et al., (eds.) Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press**. Tradução: Prof. Antonio Diegues. 2001.

VALSHESI, O. A. **Nutrientes**. Tecnologia de produtos Agrícola de origem animal. 2001.

TURGO, N. M. F. **Nutrição**. Editora Guanabara. 17ª edição. 1988.